

Projeto conta história do ensino público

Preocupada com o desconhecimento dos educadores sobre a história da escola brasileira, a pesquisadora Clarice Nunes, do mestrado em educação da PUC-RJ, começou em 1984 — com as professoras Anna Olga Barreto e Gilka Leite Garcia — um grande projeto de reconstituição histórica do ensino primário público no Brasil. Depois de dois anos manuseando centenas de documentos como relatórios de prefeitos, de diretores de instrução pública (equivalentes aos atuais secretários de educação), correspondência de políticos sobre o tema, fotografias e até cartilhas e cadernos escolares de época, além de colher 50 depoimentos orais de pessoas que estudaram ou ensinaram em escolas públicas na terceira década do século, as pesquisadoras concluíram a primeira parte do projeto: **A escola primária de nossos pais e de nossos avós (reconstituição da escola primária pública nos anos 20, na cidade do Rio de Janeiro).**

— O ensino primário no Brasil sempre foi atribuição regional, das províncias, na época do Império, dos estados, com a República — explica Clarice Nunes. — A história da escola brasileira terá de ser construída a partir de pesquisas locais, o que, num primeiro momento, significa estudar Rio, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, já que os recursos orçamentários de outros estados eram pequenos demais para implantar uma rede de ensino.

O texto das pesquisadoras vai além de descrever o funcionamento da escola primária no Rio de Janeiro da década de 20. Elas conseguiram pintar um quadro vivo da infância carioca na época, com dados sobre as famílias de origem do estudante de escola primária, sobre as casas, os bairros, as relações de vizinhança e o lazer. Finalmente, elas levantaram os efeitos das administrações de Carneiro Leão (1922-1926) e Fernando de Azevedo (1927-1930) como diretores de instrução pública sobre a rede escolar de ensino primário.

Sob a ótica da política educacional, o que mais surpreende na pesquisa é a preocupação dos administradores com questões que permanecem até hoje. Apesar das diferenças de contexto histórico e até dos agentes sociais em questão, problemas como o acesso e a permanência da criança na escola, a formação de professores, a carreira no magistério público e a defesa e valorização do ensino para as camadas populares aparecem formulados tais como hoje em dia. Anísio Teixeira, que sucedeu Fernando de Azevedo como diretor de instrução pública e cuja administração é o atual objeto de pesquisa de Clarice Nunes, produziu relatórios que pintavam um quadro alarmante da repetência escolar, com casos de alunos que chegavam a repetir seis vezes a primeira série.

Resgate

— A grande diferença com relação aos dias de hoje é que, de Carneiro Leão a Anísio Teixeira, apesar das divergências entre eles, houve esforços para resgatar as propostas pedagógicas das gestões anteriores — diz Clarice. — A prática de fazer tábula rasa do trabalho do antecessor político veio com o advento do Estado autoritário em meados dos anos 30.

Para Clarice Nunes, a principal conclusão da pesquisa é mostrar que a crise da escola no Brasil é uma crise de decisão política, já que não há continuidade nas estratégias comprometidas com a universalização e democratização do ensino. Além disso, a pesquisadora acredita que o grande mito que permanece desde os anos 20 até hoje é a idéia de que a democratização da escola pode se dar sem a efetiva democratização da sociedade e do próprio Estado.

— Desde aquela época defende-se de alguma forma a idéia de que a escola por si só é capaz de resolver problemas sociais que, na verdade, têm de ser enfrentados sob perspectiva bem mais ampla — afirma. — Mas o aspecto mais importante da pesquisa é privilegiar a recuperação da história política e social do sistema público de ensino no Rio, apontando para a necessidade de definir precisamente a articulação entre o processo educacional e o processo político e econômico mais amplo.